

Quem organiza uma organização pública?

O Carnaval de Belo Horizonte e uma nova compreensão sobre confrontos discursivos entre comunidades políticas¹

Amanda dos Santos Rodrigues
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG

Resumo

Este artigo tem o objetivo de compreender a comunicação, no contexto de uma organização pública, pelo viés do Paradigma da Complexidade. Neste sentido, refletiremos sobre os confrontos discursivos entre comunidades políticas, em torno do Carnaval de Belo Horizonte, a fim de questionar sobre como as divergências entre elas são apresentadas, como os argumentos são convocados e se os interlocutores reconhecem e compartilham proposições de mundo.

Palavras-chave

Comunicação Organizacional; Organização Pública; Carnaval de Belo Horizonte.

1. Introdução

O carnaval de Belo Horizonte de 2019 levou cerca de 4,3 milhões de foliões às ruas, segundo a Belotur, empresa de turismo da capital da mineira. Com números expressivos, tais como 410 blocos de rua, 23 dias de período oficial, oito desfiles de escolas de samba, onze blocos caricatos e mais 65 atrações nos Palcos Oficiais, o carnaval de 2019 ²se distancia muito e nem parece remeter ao carnaval de 2009, com ruas desertas e movimentação apenas em aeroportos e na rodoviária.

Esses números expressivos e essa mudança no modo como a cidade enxerga o evento foram alterados em 2009, devido a uma discordância entre organizações públicas sobre como os espaços públicos devem ser ocupados. Essa troca argumentativa promovida por elas não se deu em ambientes sem desigualdades, que possibilitam ampla participação dos envolvidos, mas sim com manifestações, com decretos, com discussão na mídia.

Esse enfrentamento faz emergir a ideia sobre como a comunicação pública, em contextos organizacionais, pode ser vista a partir de outras perspectivas.

Quem organiza uma organização pública? O título deste artigo tem a intenção de dar luz a dois conceitos importantes para os estudos da Comunicação: Organização e Comunicação Pública. Embora a palavra “organizar” tenha sido utilizada como sinônimo de

¹Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho GT 1: Comunicação, ética e alteridades em processos relacionais de subjetivação e conflitos no ambiente organizacional.

² Informações do site <http://belohorizonte.mg.gov.br>, produzido pela Belotur.

estruturar, de colocar em ordem algo, veremos mais adiante que o termo Organização nem sempre é algo homogêneo e uniforme conforme a palavra sugere.

Para além de uma instituição fechada, a organização refere-se a uma combinação de esforços individuais para a realização de objetivos comuns. Organizações, portanto, são vistas aqui como encontros, fluxos comunicativos.

Já o termo Comunicação Pública ainda é associado à comunicação realizada por instituições públicas direcionada à sociedade, ou a outras instituições. Entretanto, o conceito de comunicação pública aqui adotado também vai além desta perspectiva.

Para Marques (2015) a comunicação pública seria aquela feita por instituições públicas e privadas, tendo como base projetos efetivamente coletivos, pautados por ações estratégicas dirigidas a públicos específicos, justificados pelo interesse público pela construção da cidadania. Muito além de instituições tidas como tradicionais, há uma ampliação do conceito de comunicação pública, envolvendo, também, a atuação de ONGs, de conselhos, de fóruns de discussão, entre outros. “Essas mudanças associam-se às práticas que objetivam favorecer o engajamento cívico e a participação dos cidadãos no debate de questões de interesse coletivo” (MARQUES, 2015, p 80).

A Organização Pública, portanto, parte desta mesma perspectiva, mais abrangente e heterogênea.

O questionamento sobre quem organiza organizações públicas, portanto, parte de uma provocação a respeito de conceitos antigos, que podem ser vistos (e revistos) a partir de perspectivas menos clássicas.

2. Comunicação no contexto de uma organização pública

Assumimos, neste trabalho, a noção de comunicação no contexto organizacional a partir de Lima (2008). Fábria Lima argumenta que o termo “comunicação das organizações” remete ao paradigma informacional da comunicação, em que ela é vista como completamente administrada e gerenciada, isto é, a comunicação pertence à organização. Já o termo “comunicação nas organizações” remete ao lugar em que a comunicação ocorre, que também não traduz o universo que pretendemos abordar. Ao passo que se mencionarmos sobre a “comunicação organizacional”, podemos ser remetidos apenas sobre relação entre os interlocutores.

Portanto, para entender a organização como sujeito social complexo, que em interação com seus membros e com a sociedade configura determinado contexto de interações,

utilizaremos o termo “comunicação no contexto organizacional” e o sentido produzido por ele, mesmo fazendo uso de uma versão abreviada dele.

Ainda em seu artigo, a pesquisadora busca referenciais metodológicos e conceituais no paradigma relacional da comunicação. Para os autores como Mead e França, por ela citados (2008), a comunicação somente pode ser estudada como uma globalidade, por meio da relação de suas três dimensões básicas: interacional, simbólica e contextual.

O entendimento da comunicação pelo viés relacional implica concebê-la como um processo de construção conjunta entre interlocutores (sujeitos sociais), a partir de discursos (formas simbólicas que trazem as marcas de sua produção, dos sujeitos envolvidos e do contexto) em situações singulares (dentro de um determinado contexto). (LIMA, 2008, p.114)

As organizações são consideradas, desse modo, sujeitos sociais interlocutores do discurso cuja ação institui um contexto específico de interações que enquadra enunciações e leituras de outros sujeitos sociais.

Portanto, ao tratarmos da comunicação pública, no contexto de uma organização também pública, levamos em consideração as dimensões da comunicação adotadas no paradigma relacional (interacional, simbólica e contextual) nesse contexto organizacional, isto é, nesse encontro de interlocutores.

Segundo Mourão (2017) há, porém, um abismo entre teoria e prática quando falamos sobre a comunicação organizacional no Brasil. Refletindo sobre contexto organizacional, facilmente chegamos à compreensão da comunicação como dialógica. No entanto, a noção de comunicação como instrumento, seguindo um paradigma mais clássico, parece ainda presentes na rotina das organizações, talvez decorrente de uma cultura organizacional antiga impregnada com estudos clássicos não só da Comunicação, mas também da Administração.

De acordo com a autora, o sujeito (aqui a palavra sujeito parece bem apropriada, visto que ele está sujeito a alguma coisa) é reconhecido e reduzido a um recurso da organização para atender a uma demanda, seja por engajamento, produtividade ou outra estratégia que esteja sendo traçada pelos gestores.

Talvez em decorrência desta visão matemática de uma comunicação no contexto de uma organização vemos surgir ambientes que aparentemente são homogêneos e estáveis, mas que na verdade são distintos e estão cerceando o direto à voz e à participação desses interlocutores.

Essa é uma das críticas feitas à visão de Habermas (1997) sobre o modelo de democracia deliberativa. Muito do que se discute sobre comunicação pública é baseado nos

estudos de Habermas, em que há o entendimento de uma busca constata de consenso, livre de coerções e violências, fundado na igualdade dos interlocutores que se reconhecem como dignos de serem ouvidos e com direito à fala.

A constituição do sujeito na teoria de Habermas leva em conta que o sujeito deve buscar sua emancipação e autonomia através da prática do discurso e de posicionamentos públicos. Ter essa igualdade de posição em debates e discussões, porém, chega a ser utópico quando pensamos em algumas organizações. E claramente esse processo participativo não se deu antes da publicação de um decreto em Belo Horizonte, em 2009, que pôs regras na realização de eventos em uma das principais praças da cidade.

Segundo Heloíza Matos, citada por MARQUES (2015), comunicação pública se delinea a partir de situações que permitem uma igualdade de discussão e negociação entre diferentes atores. Isto é, há uma necessidade de implicar a mobilização, o engajamento e a participação de todos os atores sociais em todas as fases do processo deliberativo e de implementação, sendo todos igualmente reconhecidos como cidadãos com direito a voz e veto.

Matos, também citada por Marques (2015) constrói um conceito de comunicação pública inspirado no projeto Habermasiano de democracia deliberativa, e chama a atenção para o processo que envolve a constituição dos indivíduos como sujeitos políticos, capazes de reconhecerem-se como participantes sociais, de argumentar, de expressar-se justificando a sua posição.

A busca dessa autonomia apoiada em posicionamentos públicos pressupõe, porém, a existência de interlocutores aptos, e não considera o quanto é difícil o processo de desenvolvimento de habilidades que levam o interlocutor a conseguir posicionar-se.

Em Belo Horizonte, por exemplo, os manifestantes que assumiram posição contra o decreto da Prefeitura e a favor da ocupação da cidade foram, segundo Dias (2015) “grupos da sociedade civil belo-horizontina, formados, principalmente, por jovens de classe média, eruditos, altamente escolarizados, que se beneficiam sobremaneira dos recursos da internet e das redes sociais para realizar sua articulação” (DIAS, 2015, p 24)

Isto é, as reivindicações da época foram lideradas por grupos que, de alguma maneira, tinham habilidades comunicativas e cognitivas que permitiram um posicionamento público e a reivindicação do direito a voz.

3. Dimensão organizacional do Carnaval de Belo Horizonte e a criação de Comunidades Políticas

Ao longo destes dez anos o carnaval de Belo Horizonte vem sendo modificado, ganhando adeptos e visibilidade nacional. Segundo Dias (2015), depois de muitos anos sem um evento expressivo, com ampla participação da população, em meados dos anos 2000 houve uma retomada tímida dos blocos de rua na capital mineira. Porém, o ano de 2009 que marca o início de um movimento que incentivou a ocupação das ruas da cidade pelos moradores.

Conforme mencionado anteriormente, em dezembro de 2009 o então prefeito da cidade, Marcio Lacerda, publicou um decreto que restringia a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação. Esse decreto provocou a reação de alguns grupos da cidade, devido à importância histórica do local e da imposição municipal de proibir eventos sem a participação popular nesta decisão.

Este movimento, que foi ganhando força ao longo dos anos, relaciona-se a vários outros movimentos da época, conforme aponta Canuto (2016).

O reaparecimento do carnaval belo-horizontino em 2009 relaciona-se a uma rede de afetos, abrangendo desde questões geopolíticas macro até as da realidade cotidiana das ruas, entre as quais podem ser elencadas: crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos, mas que se alastrou por toda a Europa ao longo de 2009, movimentando o imaginário da sociedade civil para se organizar em prol da democratização da vida e reocupação da cidade como um bem público, inaugurando um levante em torno do termo lefebvriano “direito à cidade”; fortalecimento das redes sociais, em razão de sua capilaridade e facilidade de intermediação na criação de novas coletividades e proliferação de informação; políticas públicas federais que promovem um intercâmbio dos estudantes brasileiros com universidades no exterior, revelando-lhes o espaço público como território a ser conquistado e ser de direito popular, algo notório em grande parte dos países europeus devido a seu histórico de lutas no espaço da cidade; visibilidade dada a uma juventude, organizada desde os primeiros movimentos anti-globalização ocorridos em Seattle e que se alastraram pelo Brasil, em torno de uma série de pautas, em especial mobilidade urbana. (CANUTO, 2016, p.493)

Os movimentos de ocupação da cidade, portanto, vieram de encontro ao posicionamento do município de proibir a realização de eventos em um local tão simbólico para a cidade. A falta de diálogo entre interlocutores, que têm como interesse comum a ocupação (ou não ocupação) da cidade, fez com que o assunto ganhasse repercussão e o debate fosse ampliado para outras esferas, como a midiática.

MARQUES e MAFRA (2014) ressaltam que o diálogo não é um gesto voltado a harmonizar a cena de interlocução, mas deve ser tomado como uma instância capaz de tornar

o espaço em um local efetivo de trocas, tratando problemas coletivos, de origem conflitiva. Assim, o objeto do diálogo é a própria possibilidade de sua ocorrência.

É por isso que Rancière (2004) descreve o diálogo como a criação de uma cena polêmica na qual o conflito se estabelece acerca do entendimento da própria situação de fala, ou seja, do estatuto dos sujeitos falantes, de sua habilidade em apresentar ao outro o mundo no qual seus argumentos fazem sentido e da dinâmica dissensual que desestabiliza concepções pré-figuradas do que significa a interlocução e o processo de constituição dos interlocutores. Para esse autor, o diálogo produzido em cenas polêmicas é o evento fundante de comunidades políticas, nas quais um sentido de público é construído pela aparência e pelo engajamento comunicativo e agonístico. (MARQUES e MAFRA, 2014, p.4)

O diálogo, portanto, inserido na lógica dissensual, funda comunidades políticas.

Ao falar sobre comunidades políticas, devemos, antes, marcar o conceito que estamos utilizando. Ranciere (1996), no artigo “O dissenso”, difere o termo “política” de “polícia”. Enquanto polícia, pra ele, é o recorte do mundo sensível que define as formas do espaço que o comando exerce, política é

O conjunto de atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que visível, dizível, contável. (RANCIERE, 1996, p.372)

O pressuposto de Ranciere (1996) é que a emancipação dos homens parte da igualdade de inteligências. O homem é, portanto, um animal político, dotado da capacidade da palavra. E a política, antes de ser um conflito de classes ou de partidos, é um conflito sobre a configuração do mundo sensível.

O conceito de comunidade política, portanto, aqui adotado não traz em si o sentido de comum, de comunhão. Não se trata de uma comunidade homogênea. A comunidade que surge de um acontecimento é uma comunidade que tem como principal característica ser originada de um tipo de vínculo e de engajamento entre os sujeitos que tentam, de forma argumentativa e dramática, dialogar e negociar evidenciando a intenção de uma nova construção de mundo.

Uma comunidade política não tem como objetivo fazer coincidir semelhantes e dessemelhantes, mas revelar que a partilha de um mundo comum é feita, ao mesmo tempo, da tentativa de estabelecer ligações entre

universos fraturados e da constante resistência à permanência desses vínculos. (MARQUES e MAFRA, 2014, p.9)

Uma comunidade política dissensual, de acordo com Rancière citado por Marques e Mafra (2014), interage menos para alcançar o entendimento e mais para tornar evidente um desacordo. Os membros que integram uma comunidade política dissensual focam e privilegiam não uma reafirmação das diferenças dos grupos, mas uma proposta de reconfiguração da distribuição de ordens do visível, uma nova proposta de mundo.

Em com contexto organizacional público, uma comunidade política pode se formar, como no exemplo, em torno de uma imposição de um gestor público por meio de instrumento jurídico, como o decreto que estabelecia regras para a realização de eventos na Praça da Estação em Belo Horizonte. O decreto não assegurava aos cidadãos e interessados a condição de serem reconhecidos como sujeitos autônomos com direito a voz, com direito à opinião sobre como a cidade poderia ser ocupada. Isto é, o instrumento foi publicado sem considerar que determinados sujeitos ou grupos são capazes de elaborar, defender e até de revisar seus pontos de vista. Mesmo sendo revogado pouco tempo depois, o decreto já havia instaurado um posicionamento de grupos na cidade.

Quando um gestor público tenta impor regras sem se atentar para essas questões, ele corre o risco de que o sentimento de injustiça coletivamente percebido se amplie e ganhe dimensão para a constituição de uma comunidade política. Comunidade esta que dará visibilidade à sua demanda, sua posição, propondo uma reconfiguração do que foi tido e assumido por gestores públicos como normal.

Cenas de dissenso se constituem, segundo Rancière, quando ações de sujeitos que não eram, até então, contados como interlocutores, irrompem e “provocam rupturas na unidade daquilo que é dado e na evidência do visível para desenhar uma nova topografia do possível” (MARQUES e MAFRA, 2014, p.11)

Assim como o surgimento do carnaval provocou uma ruptura naquilo que a cidade considerava como normal, no início desta “retomada” do carnaval, entre os anos de 2009 a 2013, houve também alguns desentendimentos entre blocos de rua, foliões e gestores sobre como o evento deveria ser realizado, como explica Dias (2015)

Esses órgãos não entendiam o desfile dos blocos de carnaval de rua como uma manifestação cultural, e sim como um evento que, segundo a lei do Código de Posturas de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2003), precisa de licenciamento prévio para sua realização. Desse modo, esses órgãos

começaram a exigir dos blocos medidas como cercamento da área, limitação do número de participantes e projeto de prevenção de acidentes. (DIAS, 2015, p.124)

Os blocos de rua, que tinham como interesse a realização de eventos na cidade de modo menos burocrático, passaram a elaborar demandas e reivindicações de reconhecimento social por meio das trocas discursivas e da linguagem, negociando pontos de vista com os gestores.

4. Confronto discursivo em torno do evento

Embora haja um Carnaval tido como oficial, planejado e organizado por instituições públicas, é importante ressaltar que o evento de BH não se restringe apenas a esse pensado e proposto pela Belotur e por outras instituições públicas responsáveis pela prestação de serviços na cidade. O Carnaval de Belo Horizonte, conforme vimos, é mais antigo e amplo. Porém, como escolha metodológica, a proposta aqui é refletir sobre este carnaval oficial, sem pormenorizar cada passagem de tempo e produção textual sobre ele. Analisar esse carnaval de Belo Horizonte nos impõe pensar a partir de diversas materialidades, em que tornam possíveis as análises, mas sem nos restringirmos às limitações de um texto. Tentamos, aqui, compreender as textualidades como dinâmicas, e que possuem a historicidade como um de seus aspectos fundamentais.

Belo Horizonte, projetada pelo engenheiro Aarão Reis, foi a primeira cidade brasileira moderna planejada. A preocupação com a organização de cidade, portanto, parece ser prática da gestão municipal desde suas origens. Desde a modificação do carnaval de BH, em torno de 2009, vimos surgir uma preocupação dos gestores públicos em organizar melhor o carnaval, que tem atraído, ano após ano, mais foliões para a cidade.

Em 2012 a Prefeitura de Belo Horizonte, na tentativa de conseguir se preparar para o evento e facilitar o diálogo com os representantes dos blocos, começou a cadastrá-los, por meio da empresa de turismo da cidade (Belotur), para contribuir no procedimento de licenciamento do evento e para disponibilização de infraestrutura, como a instalação de banheiros químicos, intervenções no trânsito, mobilização de agentes de segurança, entre outros.

Para Baldissera (2008), a comunicação organizacional é compreendida como processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das suas relações. A atribuição de sentidos pode ser constituída por um amplo conjunto de variáveis, como a cultural, a social, por meio

de experiências, conhecimentos adquiridos, entre outros. Ela é acionada pelos interlocutores durante esses processos comunicacionais.

O licenciamento do evento, por exemplo, foi questão que levantou muita discordância entre os agentes envolvidos no Carnaval. Depois de muitas discussões sobre como o evento seria tratado formalmente, assunto esse amplamente pautado pela imprensa, em 2015 a Belotur publica a Portaria 54/2015 em outubro e, então, os blocos de carnaval passam a serem considerados como manifestações culturais pela Prefeitura de Belo Horizonte. Isto é, com a Portaria não houve a obrigatoriedade, desde então, de um bloco de rua, visto como uma manifestação cultural, de se cadastrar, solicitar licenciamento para o Município, prever estrutura, entre outros. Aparentemente houve um consenso entre essas comunidades sobre como os desfiles dos blocos de rua deveriam ser vistos.

Porém, o artigo 6º da Portaria constava que “caberá à Comissão Organizadora do Carnaval sugerir ações junto aos Blocos de Rua tais como: fluxo, trajeto, data, horário, local para dispersão no Carnaval de Belo Horizonte 2016” (BELOTUR, 2015, S/P), que também foi (e ainda é) ponto de conflitos entre os interlocutores.

Essa diferente constituição de sentidos atribuídos ao carnaval, como ele deve ser pensado e sentido, descritos aqui algumas vezes como disputas, não assume sentido negativo. Deve ser considerada a relação que se estabelece entre os sentidos de mundo que os interlocutores construíram e compartilham.

Outra divergência que podemos apontar em torno do evento é sobre esta tentativa de se organizar o carnaval, ou “evitar a desordem” pública, como costuma ser mencionada por gestores públicos.

Em 2016 houve a publicação de outro decreto, nº 16.203, de 12 de janeiro, que estabelecia a proibição de “uso de recipientes de refrigeração ou similares, churrasqueiras, grelhas, assadeiras e utensílios que gerem fogo ou chamas em logradouros públicos do Município, exceto quando devidamente licenciados”. Este decreto também acabou sendo revogado, mas já havia sido criado um descontentamento com o excesso de regulamentação em torno do evento.

Exemplo da insatisfação gerada foi a música que disputou o concurso “Marchinha Mestre Jonas”, intitulada “Marchinha da proibição”, de Mauricio Ribeiro:

Ai, ai ai meu Deus
eu não aguento esse prefeito, que absurdo!
É tanta lei, proibição, censura prévia
que eu já não consigo desobedecer a tudo.
Churrasco artesanal, num pode não,

o isopor na praça, pode não,
cerveja feita em casa num dá,
senão Ambev não vai mais patrocinar.
O rolezinho no shopping, pode não,
comprar de camelô, num pode não,
a mesa na calçada do bar, vai dar cadeia para quem quiser sentar.
Protesto contra o aumento, pode não,
a bike no metrô, num pode não,
o Uber foi-se embora até, e todo mundo vai ter que andar a pé. Passar cerol
na linha,
pode não, prenderam os heróis da pichação,
possíveis visitantes de Marte estão proibidos de pousar nessa cidade.
(RIBEIRO, 2016, s/p)

Se de um lado há o argumento de tentativa de incentivar um crescimento ordenado e controlado do Carnaval de Belo Horizonte, por outro lado, há os que defendem a fluidez do evento, sem intervenções governamentais.

Importante ressaltar que o cadastramento que começou a ser realizado pela Prefeitura 2015 ainda é utilizado pelas instituições públicas para o planejamento das suas ações durante o evento, e o local em que essa ferramenta tornou-se fundamental é o Centro Integrado de Operações da cidade (COP-BH), que desde 2015 passou a atuar na festa e reúne, além de instituições municipais, algumas estaduais.

Apesar da percepção inicial sobre as vantagens deste novo equipamento público ter sido vinculado à segurança e a possibilidade de monitoramento da população, a utilização do COP-BH durante o carnaval faz emergir o interesse no Município em fazer uso de aparatos tecnológicos e novidades no mundo da Tecnologia e Comunicação para melhor eficiência e maior controle do evento. Para Firmino (2017), em seu artigo “Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal”, desde o surgimento do *homo sapiens* o homem sempre procurou controlar o seu entorno. Os centros de controle, como o de BH, aparecem como imagem representativa de um tipo de gestão característica de um modelo de cidade inteligente centralizador e eficiente.

Portanto, a utilização de um Centro de Operações durante um evento tão importante para a cidade revela a intenção de incentivar o crescimento do evento de modo controlado, inteligente. Se refletirmos sobre as manifestações de 2009, podemos imaginar que seria consenso que a comunidade dos blocos de rua desejariam o mesmo.

No entanto, na matéria do jornal O Tempo, de março de 2019, com o título “Folia vira ‘inferno’ para alguns”, a repórter Clarisse Souza ouviu moradores do bairro Anchieta e Savassi, zona sul de BH, que reclamaram do excesso de pessoas, do barulho e da sujeira nas ruas do bairro. Geo Cardoso, cantor e coordenador do Bloco Baianas Ozadas foi fonte de

outra reportagem, do jornal Estado de Minas, também em março do mesmo ano, e chamou a atenção para a constatare divulgação de recorde de público, em detrimento de uma atenção especial ao planejamento e organização do evento. “De público tem sido sucesso nos últimos anos, pois cresce. Mas será que só o crescimento de público é o que desejamos a cada folia?” (CARDOSO apud RICCI, 2019, s/p).

Percebe-se, portanto, que partindo do reconhecimento das disparidades e da heterogeneidade dos grupos, entre diferenças e divergências em um processo comunicativo em uma organização pública (e política), importa mais a convivência desses desiguais, o exercício de deslocamento e de empatia do que chegar a um ponto comum de entendimento.

5. Considerações finais

Comunicação em Organizações Públicas remete a Boletins informativos para servidores de uma Prefeitura? Assessoria de Imprensa de um governo estadual? Essas são imagens frequentemente associadas aos conceitos mencionados, talvez fundamentados em estudos clássicos da Administração e da Comunicação.

É imprescindível, porém, alterarmos essa associação tão comum para não reduzirmos termos tão amplos. Falar de Comunicação é falar de trocas, de interação, de símbolos, de contexto. É falar de disputas, de tensões e dispersões. Organização Pública, por sua vez, não pode ser resumida às instituições públicas. Ela pode ser uma comunidade política, um bloco de carnaval.

Olhar, portanto, para a comunicação no contexto de uma organização pública é distanciá-la de percepções estanques, que pertencem a um local e a um grupo determinado de pessoas. Os ambientes organizacionais, como vimos, são marcados por uma heterogeneidade, afinal as organizações (ou comunidades, como adotamos aqui) são feitas de pessoas, que estão sempre em interlocução, que têm problemas, que estão sujeitas às relações de poder, mesmo dentro do mesmo grupo com afinidades.

As exclusões, as disparidades, as dissonâncias existem e precisam ser consideradas quando estamos tentando analisar a comunicação no contexto de uma organização.

Para Oliveira (2009), os objetos de estudo da Comunicação Organizacional estão nos atos de interação, construídos por fluxos informacionais e relacionais. “Isso evidencia importância da política, porque um ato comunicativo é um espaço de negociação, um lugar de exposição e discussão de interesses divergentes e demandas diferentes que utilizam a argumentação para buscar pontos comuns de entendimento” (Oliveira, 2009, p 60).

No entanto, se observarmos esse processo comunicativo a partir do paradigma da complexidade, como o proposto neste artigo, podemos considerar que diferenças e divergências no processo comunicativo podem não levar, necessariamente, a um ponto comum de entendimento, pois, nesse viés, assumimos que diferenças e divergências convivem sem, necessariamente, precisarem chegar a um ponto comum.

Apesar de parecer paradoxal pensar em organizações sob o ponto de vista complexo (uma vez que organizar remete justamente ao desvio do acaso, remete ao controle), pensar em organizações complexas é colocar interações e diálogo na base para a efetivação desses objetivos em comum. E é por meio da comunicação que se materializam os processos organizadores.

A comunicação é, portanto, o lugar de sujeitos em relação “que (re)tecem o ser organizacional, muitas vezes, independentemente da vontade e dos objetivos da própria organização” (Baldissera, 2008, p 169).

a comunicação organizacional não obedece a simplificações (por mais que seus gestores desejem isso), não permite ser fragmentada, dilacerada; não se restringe ao planejado, ao legitimado pela organização, às ações de relações públicas, publicidade, propaganda e assessoria de imprensa; tampouco - e muito menos - limita-se ao desejo de poder da comunicação de marketing. Apesar da comunicação organizacional também ser isso, diminuí-la a esses fazeres - compreendê-la como somente isso - significa apenas atender aos desejos de planejar, gerir, organizar, controlar, prever, ou seja, abrevia-la ao visível, ao tangenciável, ao possível de captar (BALDISSERA, 2008, p.169).

A origem política do carnaval de BH, especialmente na provocada pela temática da ocupação do espaço público, fez com que grupos, ou comunidades políticas, se questionassem até onde o poder público deve ir quando se trata de um evento que ocorre nas cidades. Questionamentos como “o município deve dizer onde a festa deve acontecer? Ele deve restringir acessos? Ele deve restringir o consumo de bebidas em determinados locais? Ele deve determinar quando a festa se inicia e quando acaba? Órgãos públicos devem acompanhar os blocos para garantir que não haverá brigas, furtos, assaltos?” acompanham as discussões públicas a respeito do evento e provavelmente embasam posicionamentos das diversas comunidades políticas.

Todos os anos algumas reportagens destacam, por exemplo, a questão da segurança pública. Casos de violência, estupro e homicídio têm grande repercussão. A mobilidade urbana também é um aspecto em que a imprensa parece solicitar mais organização e

planejamento do poder Público. A mediação que a imprensa faz da a entender, portanto, que há um clamor da população para um melhor planejamento e monitoramento do evento.

Essas divergências, essa falta de consenso, fazem parte do exercício da autonomia política das comunidades. Como lidar com esses confrontos de ideias e posições e, para além disso, como se colocar no lugar do outro, talvez seja a questão mais intrigante na compreensão de um evento tão expressivo como o Carnaval de Belo Horizonte.

6. Referências

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional: uma reflexão possível a partir do paradigma da complexidade. In: OLIVEIRA, Ivone; SOARES, Ana Thereza Nogueira (Orgs.). Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

BELO HORIZONTE, Prefeitura. Diário Oficial do Município. Decreto nº 13.798 de 9 de dezembro de 2009. Acesso em 7 de novembro de 2018. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>

_____. Diário Oficial do Município. PORTARIA BELOTUR Nº 054/2015. Acesso em 7 de novembro de 2018. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1151181>

_____. Diário Oficial do Município. Decreto nº 16.203, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. Acesso em 7 de novembro de 2018. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1156314>

CANUTO, Frederico. Da carnavalização do planejamento urbano para Belo Horizonte-para-a-guerra: da política ao político e vice-versa. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 18, n. 3, p. 485-506, 2016.

DIAS, Paola LC. Sob a “lente do espaço vivido”: a apropriação das ruas pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea. 2015. 201 f. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FIRMINO, Rodrigo José. Securitização, vigilância e territorialização em espaços públicos na cidade neoliberal. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), v. 15, n. 1, p. 23-35, 2017.

HABERMAS, Jurgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997

LIMA, Fábila. Possíveis contribuições do paradigma relacional para o estudo da comunicação no contexto organizacional. In: OLIVEIRA, Ivone; SOARES, Ana Thereza Nogueira (Orgs.). Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

MARQUES, Angela. Comunicação pública e constituição de cenas de dissenso em contextos institucionais. ORGANICOM . 2015.

MARQUES, Angela. MAFRA, Rennan . O diálogo, o acontecimento e a criação de cenas de dissenso em contextos organizacionais. Dispositiva. 2014. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/7621>

MOURÃO, Isaura. Articulações que fazem emergir a prática discursiva da comunicação organizacional. Comunicação organizacional: Vertentes conceituais e metodológicas / Ângela Marques... [et al.] (organizadores). – Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Objetos de estudo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas: um quadro conceitual. Revista Organicom 2009

RANCIERE, Jacques. O dissenso. IN: A crise da razão. Organizado por NOVAES, Adauto. São Paulo. Companhia das Letras, 1996

RIBEIRO, Mauricio. Marchinha da proibição. IN Marchinhas mestre Jonas. Disponível em <https://soundcloud.com/concursomestrejonas>. Acesso em 25 de novembro de 2018. Publicado em 2016

RICCI, Larissa. Furtos de celulares, trânsito ruim e crimes violentos desafiam organização do carnaval de BH. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/03/13/interna_gerais,1037442/furtos-transito-ruim-e-crimes-violentos-desafiam-carnaval-de-bh.shtml. Data de acesso 25 de março. Publicado em 13 de março de 2019

SOUZA, Clarice. Folia vira ‘inferno’ para alguns. Disponível em <https://www.otempo.com.br/cidades/folia-vira-inferno-para-alguns-1.2148746>. Data de acesso 25 de março. Publicado em 13 de março de 2019